

Eixo Temático

1. Educação no Campo e Movimentos Sociais

Título

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: SUA CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO

Autor (es)

Alceu Zoia
Jair Pereira da Cruz

Instituição

Universidade Estadual de Mato Grosso – Unemat

E-mail

alceuzoia@hotmail.com
jairpereira_25@hotmail.com

Palavras-chave

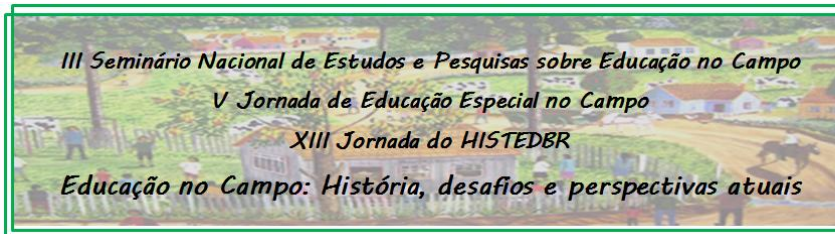
Educação do campo; Currículo; Gestão democrática e Projeto Político Pedagógico.

Resumo

Este trabalho pretende discutir e analisar a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola do campo, suas implicações no processo de ensino aprendizagem, a importância da gestão democrática enquanto política de liderança educacional e a organização curricular. Objetivamos ainda trazer um conhecimento sistematizado sobre o processo de construção do PPP e sua articulação com todos os elementos que constituem a unidade de ensino. Que elementos são fundamentais para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola do campo? A partir deste problema, compreender com base nos princípios da Educação do Campo, os caminhos teóricos e práticos que rumam em direção a construção de uma nova sociedade expressa nos ideais da Educação do campo. Através de um estudo bibliográfico convidou-se para um diálogo teórico: Freire (2005), Freitas (2011), Garcia (2008), Pistrak (2005), Sascristán (2000), entre outros. Esses autores são fundamentais para fundamentar o estudo realizado, compreender currículo, gestão democrática e Projeto Político Pedagógico.

Texto Completo

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Construir um Projeto Político Pedagógico (PPP) tem sido um desafio para todas as escolas. Esse documento que é muito importante, pois cria uma identidade e traduz a direção que a instituição deseja caminhar. Trata-se de uma construção desafiante, pois exige da comunidade escolar uma postura coletiva e um pensar sobre sua realidade. Responder qual escola ou qual educação que queremos, no coletivo, exige uma reflexão global e local, por isso, a dinâmica da construção do PPP, não é uma tarefa simples como parece.

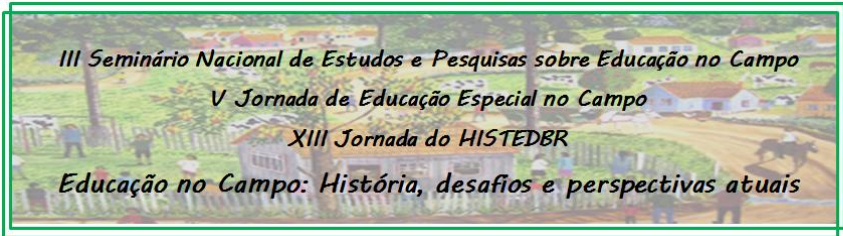
A construção do PPP, também requer uma gestão democrática, que exige dos envolvidos uma abertura nas decisões e nas ações da escola, além de uma postura flexível e respeitosa às novas ideias. A democracia é uma realidade ainda distante na prática escolar, embora muito se discuta e se diga de democracia, a mesma fica restrita à Criação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), que na maioria dos casos, serve apenas para assinar documentos burocráticos e não desenvolvem suas atividades como deveriam dentro da escola.

Projeto Político Pedagógico e Educação do Campo

Nas escolas do campo, a gestão democrática faz parte de seus princípios educativos, portanto, a mesma nasce propondo democracia na educação como um todo e aponta o trabalho coletivo como uma alternativa para a superação do modelo de gestão tradicional, que é recheado de autoritarismo e incompreensão, características que se afastam da concepção da Educação do Campo. Assim sendo, reafirma-se através de Garcia (2008) que:

A gestão democrática, enquanto política afirmativa do campo e da cidade é requisito para a consolidação do Projeto Político Pedagógico. Pois, será a gestão democrática que possibilitará a mobilização e o envolvimento dos sujeitos sociais nas diversas etapas de construção do Projeto Político Pedagógico; elegerão as prioridades da escola e proporão as melhorias no processo ensino aprendizagem (GARCIA, 2008, p. 123).

Refletindo através das palavras do autor, conclui-se que o Projeto Político Pedagógico tem um objetivo claro, que é promover a gestão democrática nas instituições de ensino. Porém, o estado brasileiro não preparou os profissionais de



educação para lidar com essa realidade e infelizmente em muitas instituições o PPP é construído pela equipe gestora, sob a alegação de que os pais e os alunos não conseguem ajudar nas discussões por falta de instrução teórica.

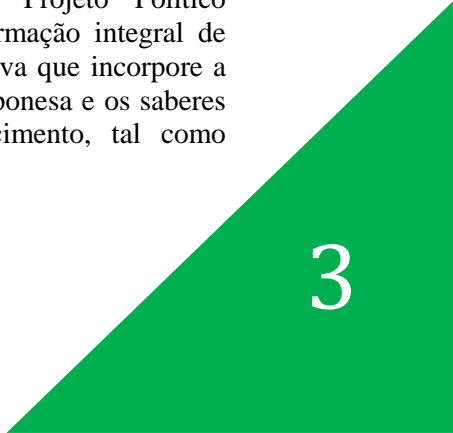
No entanto, esquece-se de um detalhe muito importante que Garcia chamou a atenção anteriormente, de que quem vai eleger as prioridades da escola e propor melhorias no processo de ensino aprendizagem são os sujeitos sociais que vivenciam essa comunidade escolar. A escola tem que estar aberta à comunidade escolar, e esta tem que fazer e se sentir parte da instituição de ensino, porque escola no campo é muito mais que escola, é muito mais que um espaço de formação. A escola é um instrumento de luta dos trabalhadores do campo, e a luta se faz com a massa consciente.

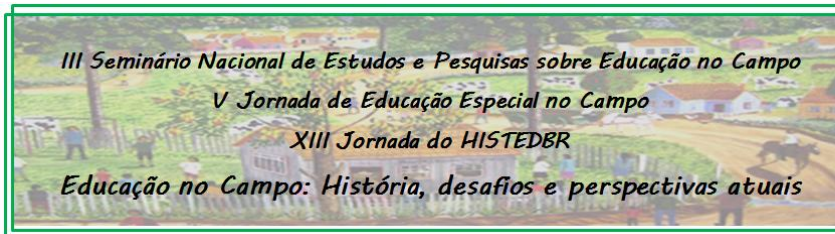
Nesta perspectiva, trazer a comunidade para pensar e refletir sobre a escola é uma ação pedagógica democrática e estratégica do ponto de vista da luta. A educação do campo não é só uma proposta de educação, sua ideologia está pra além e visa à construção de uma nova sociedade, com novos princípios e valores onde o coletivo seja à base de tudo.

Quando se discute educação do campo, vai-se delineando um aspecto muito importante que exala desta proposta, que é a formação para cidadania, essa questão também delega uma responsabilidade social muito grande para educação do campo que é a de se construir e fortalecer-se, dentro do modo de produção capitalista que tem princípios opostos aos seus. Porém, embora tenha muitas dificuldades tem dado passos importantes na direção da conquista de seus objetivos.

Na Educação do Campo, construir um Projeto Político Pedagógico é trilhar diversos caminhos que levam a um objetivo central, a formação de cidadãos conscientes para construir a nova sociedade. Neste sentido, tomo as palavras de Amaral, Lima e Machado, (2015) para dizer que:

Para constituir uma educação do campo democrática e solidária, se faz necessário definir propostas de ação que considerem a identidade camponesa, sua vivência, saberes e cultura, articuladas a organização do trabalho pedagógico (OTP), expressa no Projeto Político Pedagógico (PPP), objetivando desenvolver a formação integral de crianças, jovens e adultos numa perspectiva coletiva que incorpore a vida no campo, a solidariedade, a agricultura camponesa e os saberes populares como meio de produção do conhecimento, tal como





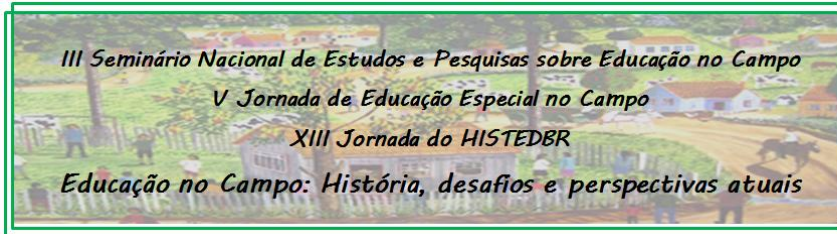
indicado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (AMARAL; LIMA E MACHADO, 2015, p. 137).

As autoras reafirmam a importância do PPP para a construção pedagógica da escola do campo, e ainda destacam que este documento deve refletir a essência camponesa, trazendo uma nova visão para a vida no campo, onde se enfatiza o valor do camponês na sociedade. A educação rural, proposta pelo capitalismo para o povo do campo, durante muito tempo desvalorizou o camponês, descrevendo-o como o atrasado dentro de uma sociedade que eles admitem “moderna”. Neste sentido, pregava-se que a lógica era deixar o campo e ir pra cidade. Na proposta da Educação do Campo, visa-se o fortalecimento desse campo, por isso a construção da identidade camponesa é fundamental para garantir a vida no campo.

Para uma educação que planeja uma sociedade mais justa e igualitária, não tem como fugir da gestão democrática, que é um exercício de cidadania e requer participação de todos. A participação de todos na escola tem sido motivo de queixa das instituições. As mesmas salientam que a comunidade não quer participar da vida escolar de seus filhos, só vão à escola quando são chamados pela diretora, por causa de travessuras do filho (a). Buscar alternativas para reverter esse quadro é tarefa de uma gestão democrática, pois a mesma só vai funcionar de fato se houver a participação de toda a comunidade na vida escolar.

Participar! Se tornar parte da escola, esta não é uma questão muito comum na educação, à comunidade está vendo a escola como algo além dela, ou seja, não sentem este espaço pedagógico como um espaço que exige a responsabilidade de todos. Para que a educação cumpra o seu papel social é preciso que todos ajudem a construir os objetivos desta instituição, delegar essa tarefa a outrem é se eximir de uma responsabilidade que também é de cada um e condenar a educação ao fracasso.

A escola atualmente está vinculada ao modo de produção capitalista que enxerga a escola e tudo que está relacionado a ela, como um mercado, o ser humano nesta concepção desaparece e funde-se apenas como uma peça a serviço do capital. Essa concepção de educação tornou a escola uma ilha, alheia ao que acontece fora dela, alheia a sua própria realidade local e uma prática educativa fragmentada. É nesse sentido que se reafirma os dizeres de Amaral, Lima e Machado (2015, p.135),



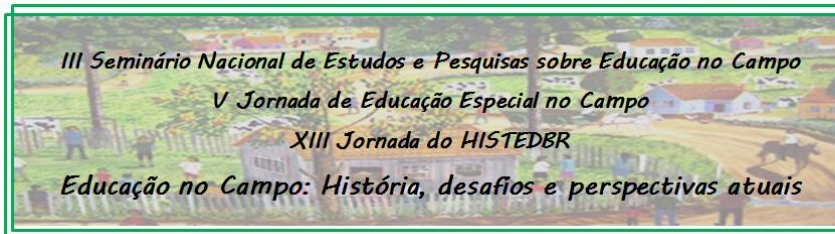
[...] a escola na sociedade capitalista, como representante do ideal da classe dominante, irá reproduzir em seu interior as relações do modo de produção vigente. Nesse sentido, não intervenções neutras na construção da escola. Uma nova proposta de escola deve compreender que cada classe desenvolve modelos de acordo com seus anseios e suas necessidades de reprodução (AMARAL, LIMA E MACHADO, 2015, p.135).

Diante do que expõem as autoras fica evidente que para que a proposta de educação do campo se efetive, se faz necessário a criação de novas relações no interior da escola e, dentro dessas novas relações, está a gestão democrática, tirando de cena os modelos tradicionais de gerenciamento do ensino na escola. A ideia é olhar para as necessidades e os anseios da comunidade escolar, e a melhor forma de traduzir essas necessidades e ouvindo a mesma. Essa interpretação não pode acontecer isolada da base escolar e nem alheia à realidade da mesma e assim deixa de ser democracia.

A ideia da educação do campo é dar outra função social a escola, assim a mesma deixa de ter caráter mercadológico e passa a ter um caráter mais humano, preocupado com os diversos problemas sociais que a sociedade enfrenta no dia-a-dia. Muda também a metodologia que se usa no processo de ensino aprendizagem. Dentro de sala de aula a igualdade é um princípio, ninguém é mais que ninguém, e assim educadores e educandos através do diálogo, constroem juntos processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, o PPP da escola deve compreender esse processo dialógico e caminhar na direção da nova sociedade.

Organizar ação da escola dentro da gestão democrática é uma atividade complexa, dada a própria complexidade do ser humano. Coadunar todos os diversos anseios, para construir uma proposta é difícil, porém necessário na proposta de educação do Campo. Portanto, o próprio coletivo organizado vai construindo estratégias para efetivar suas ações.

Ressalta-se, que o diálogo permanente com setores organizados da sociedade, os parceiros, que servirão com suporte dessa empreitada, é fundamental para o sucesso da proposta institucional, quando se diz, que a escola do campo não pode se isolar, na prática admite-se articulações com os diferentes movimentos e organizações que primam pelos mesmos objetivos desta instituição. Esse diálogo permanente dará suporte



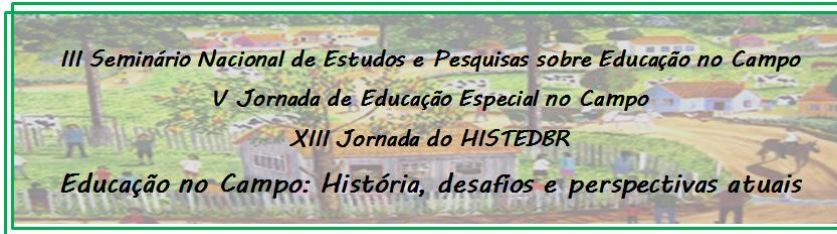
há uma construção maior, que é a nova sociedade, que está além da educação, mas fundamentalmente, passa por ela. Garcia (2008) destaca que:

Com isso, a dimensão humana da educação vai se explicitando e dando corpus à natureza política e pedagógica da escola. Porém, para ser própria de humanos, de valores humanos, a gestão escolar tem que estar revestidas de práticas voltadas para a participação de todos os segmentos que constitui a comunidade escolar. Ao construir o Projeto Político Pedagógico, a escola, a comunidade escolar, está exercendo sua autonomia. Autonomia que não implica em proclamar a independência em relação ao poder público (GARCIA, 2008, p. 122).

A educação do campo busca a autonomia das escolas, porém atualmente no sistema educacional, em teoria essa autonomia existe, porém na prática a mesma é cerceada, pois a escola tem que atender as exigências burocráticas do estado. Exigências essas que estão parametrizadas e tudo que foge a esse parâmetro devem ser adequadas a ele, senão a prática educativa da escola fica irregular e a mesma enfrenta sérios problemas institucionalizados.

Sendo assim, a escola não é protagonista de sua história, pois a mesma é regulada pelo poder público que é quem torna válido ou inválido a formação oferecida pelas escolas, através de normas inflexíveis e categóricas. A educação do campo visa o protagonismo de suas escolas, para que as mesmas tenham total autonomia para pensar e executar sua prática educativa, sem ficar presos num currículo burocratizado, que fragmenta e exclui, e que não educa para o mundo. Por outro lado, deve-se compreender também que a base legal deve ser preservada em alguns aspectos, aqueles que realmente se julga necessário para garantir a qualidade do processo educativo.

Fazer gestão democrática não se constitui apenas, em realizar eleição para diretor de escola, o conceito em discussão é mais amplo, e se concretiza na participação social da comunidade em todas as atividades que uma escola desenvolve enquanto instituição de ensino. Portanto o CDCE precisa existir na escola e, além disso, precisa desenvolver o seu papel dentro da instituição. O mesmo precisa ter consciência que tem um trabalho de muita responsabilidade em suas mãos e que não está ali apenas para cumprir uma exigência da Legislação, porém é uma peça fundamental na garantia da democracia e da qualidade do ensino na instituição.



A educação é um processo de formação humana, este processo permite a inserção da pessoa na sociedade para transformá-la e se transformar junto com ela. É exatamente em função desse aspecto humano que a mesma deve estar vinculada a uma concepção política e também a uma visão de mundo. No caso da educação do campo, e da educação rural, são duas concepções opostas. Enquanto a primeira está ligada à classe trabalhadora e por isso, carrega sua ideologia, a segunda se consolidou com a visão elitista de ver o mundo, transformando tudo em mercado e lucro.

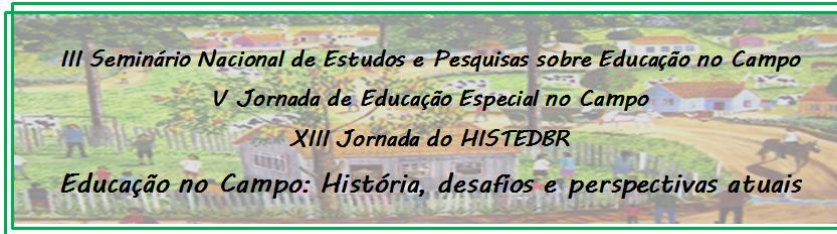
Nesta perspectiva, a concepção de educação do campo deve estar presente no PPP das escolas do campo que se veem e se identificam com essa ideologia de transformação social, com o apoio da educação. Ao contrário, a mesma será apenas um instrumento de dominação social a qual se propõem o capitalismo e sua proposta de educação rural.

Até então, vimos que o PPP não é um simples documento, mas é um apontamento, uma direção a ser seguida. É através dele que se cria identidade, que se preserva cultura que se constrói autonomia e que se transforma a realidade. Assim, a escola do campo e seus Projetos Políticos Pedagógicos estão buscando transformar a sociedade no qual estão inseridos.

Educação do campo e currículo

A ideia aqui é discutir o currículo da escola do campo e suas dimensões na prática educativa. O leitor tem claro que Educação do Campo é uma proposta diferente de ensino, para a construção de uma sociedade diferente daquela que está aí. Olhando para a afirmação anterior e se tratando de escola, devemos nos perguntar: Se a escola é diferente e tem objetivo de construir uma sociedade diferente, como deverá ser o currículo desta escola?

O objetivo deste tópico, não é responder a essa pergunta, mas trazer apontamentos que fazem pensar sobre essa questão e compreender o currículo da escola do campo. Antes disso é preciso compreender o que é currículo. Segundo Mckernan (2009):



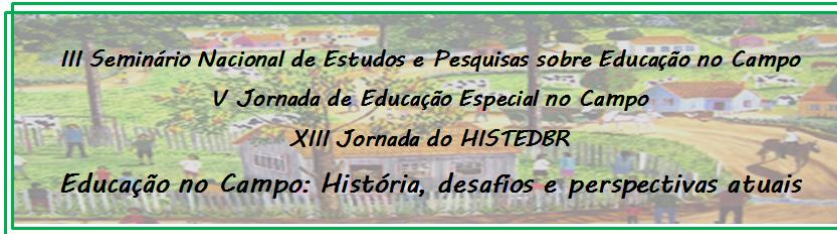
O currículo se preocupa com o que é planejado, implementado, ensinado, aprendido e pesquisado nas escolas em todos os níveis da educação. A palavra *currículo* vem do latim *currere*, o que significa “um caminho a ser feito, ou o percurso de uma jornada”, e geralmente é definido como o percurso de estudo numa instituição educacional (MCKERNAN, 2009, p. 23).

O currículo registra uma experiência educacional que deve ser pensada pelo coletivo que compõe essa realidade. Neste sentido, o caminho a ser percorrido pela instituição deve ser feito atendendo a realidade da mesma e os anseios que estes estão pautando para sua educação. Vimos aí, que vários elementos presentes na escola fazem parte do currículo: as atividades pedagógicas, a avaliação e a metodologia de ensino. Por isso, o mesmo abrange uma dimensão que está para além dos muros da escola e dialoga com todos os elementos sociais possíveis.

Por isso, Sacristan (2000, p. 19), diz que: “Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”. A discussão curricular é conflituosa, pois não há neutralidade nesse processo, existe um jogo de disputa que faz com que este seja alvo de muitas discussões e desentendimentos teóricos. E na prática a situação não é muito diferente, embora as escolas perpetuem na maioria dos casos o currículo tradicional, na sala de aula o que chega aos alunos é a concepção de ensino que o educador adquiriu no seu percurso escolar.

O sistema de ensino está subordinado a interesses, e estes interesses são conjecturados no currículo. A educação do campo se interessa por um novo currículo que compreende a formação a partir do homem integral, consciente e humano. Os valores imbuídos nessa construção curricular são valores humanos que não estão acima de condição do sujeito, mas entre ele e com ele. Não faz sentido, que a formação das pessoas, não leve em consideração a própria condição de ser humano.

O currículo na educação do campo está vinculado ao significativo, àquilo que realmente tem sentido na vida da pessoa que é a sua realidade. A escola não pode ser um espaço sem significado, porém é nesse tipo de espaço que o currículo pautado nos fundamentos da sociedade capitalista tem transformado a escola, dificultando cada vez mais o processo de ensino aprendizagem.



Nesta perspectiva, é preciso repensar, que práticas curriculares têm espaço na construção da nova escola e como essas práticas devem se relacionar com os diversos aspectos que compõem a sociedade, pois a escola não pode estar a parte da sociedade. Assim, novos tempos e espaços escolares precisam emergir do pensamento coletivo e se difundir em práticas pedagógicas nas escolas do país.

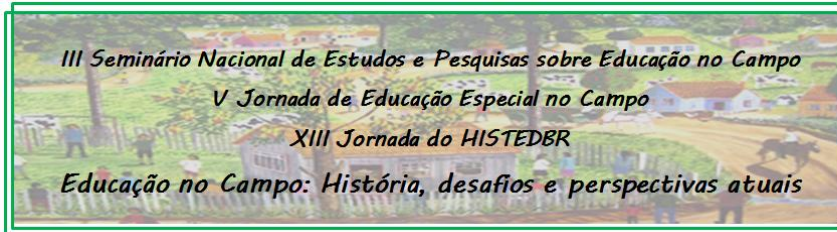
As práticas pedagógicas que se articulam com o mundo que o educando vivencia garantem a inserção dos movimentos sociais no processo educativo, assim como estabelece novas relações com o processo de ensino aprendizagem. E igualmente, este processo compreende as relações de trabalho, as relações culturais e as relações sociais como um todo. A educação não pode ficar presa à formação técnica e profissional, e a construção do currículo não pode se constituir em um jogo de interesse que atende o modo de produção capitalista. Cabe à escola se desafiar na construção de um novo modelo de sociedade, que é um sonho ainda a ser perseguido.

Portanto, pode-se compreender o que afirma (SACRISTÁN, 2000):

O currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba de lhe dar o significado real. Daí que a única teoria possível que possa dar conta desses processos tenha que ser do tipo crítico, pondo em evidência as realidades que o condicionam (SACRISTÁN, 2000, p.21).

A dinâmica social que se estabelece no interior da escola do campo, permite uma prática pedagógica dialética, que não se sustenta sem abranger o mundo que está a sua volta. Este é um modelo concreto de escola, que exige um currículo crítico e uma formação cidadã. A teoria crítica permite uma análise construtiva da ação escolar e através desta é possível fazer as mudanças necessárias observadas pelo coletivo. Trazer o mundo pra dentro da escola é uma forma de entrar na instituição sem se desligar do mundo, pois este sim é significativo ao homem, pois destaca a sua realidade.

A busca pela cidadania implica resgatar o vínculo da escola com os movimentos sociais e, pela formação crítica e a leitura de mundo, estabelecer pontes entre a mesma e a luta social como processo pedagógico de ensino e aprendizagem. E se não tem educadores que dão conta dessa forma de ensino, dentro desta perspectiva crítica, precisa-se buscar meios de formá-los. Uma escola com esses princípios nas mãos de



professores tradicionais não concretizará um novo currículo, com novas práticas, mas sim uma perpetuação do que está posto. Além disso, deve haver mudanças também na estrutura de funcionamento das escolas, na gestão escolar, melhorar as condições de trabalhos dos professores, as infraestrutura das escolas, as condições de ensino ofertado aos alunos etc.

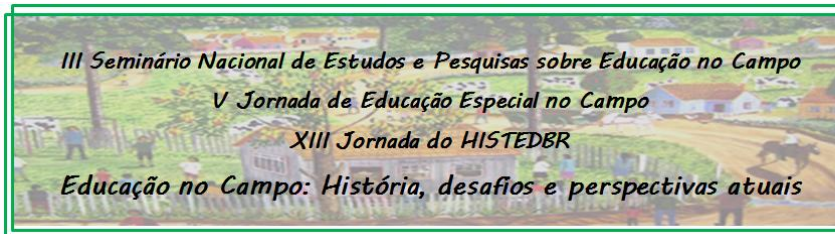
Com isso, pode-se compreender que a tarefa da educação do campo é um tanto complexa, pois o caminho a ser trilhado é dificultoso e um tanto complicado. A mesma, não se concretizará se não houver lutas para implementar na prática os direitos da população. E essas lutas se fazem juntamente com os movimentos sociais como um espaço pedagógico de cidadania.

A luta por políticas públicas, pela qualidade de ensino, pela cidadania, pela direito a vida etc. Todas essas questões devem compreender a discussão curricular, que não deve deixar de fora o conteúdo escolar das disciplinas dentro de outro conceito e metodologia de ensino. A escola enquanto formadora de opinião e de cidadão deve empreender valores e princípios sociais, já que seus educandos, pais, educadores e todos os envolvidos vivem em sociedade.

Para exemplificar algumas formas de organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, trazemos três teorias que propõem novas formas de organização curricular que são: Temas Geradores, Projetos de Trabalho e Complexos de estudo. Vale lembrar que não intencionamos o aprofundamento em cada teoria nesse texto, apenas trazer presente alguns conceitos de cada um deles.

Temas geradores é uma forma de organização curricular discutida por Paulo Freire, onde o conteúdo escolar é retirado da realidade de forma dialógica. Essa realidade se torna mediatizadora do processo educacional e ao mesmo tempo constrói uma educação libertadora com base no diálogo e na problematização da realidade de onde sairão os temas geradores para serem trabalhados na sala de aula, abordando os diversos componentes curriculares. Para Freire, (2005):

Os temas geradores podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular. Temas de caráter universal, contidos na realidade epocal mais ampla, que abarca toda uma gama de unidades e subunidades continentais Regionais, nacionais etc., diversificadas entre si (FREIRE, 2005, p. 109).



Na realidade o trabalho com temas geradores permite uma aproximação entre os sujeitos e a realidade, coloca o educador e o educando numa condição de sujeito da investigação e todo esse processo mediatizado pelo diálogo que se estabelece na investigação do tema gerador, objeto do ensino. Assim o conteúdo pesquisado, parte do geral ao particular e transita entre o local e global.

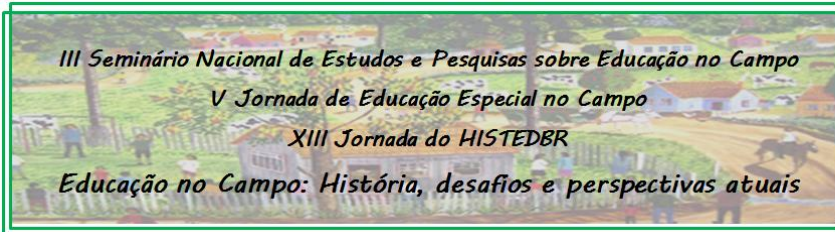
Os Projetos de Trabalhos se estabelecem em torno do conceito e da prática da pesquisa educativa e dão forma e conteúdo ao processo de ensino na prática escolar. Vamos trazer neste trabalho o pensamento de Fernando Hernández e Monttserrat Ventura, (2009, p.61) que dizem:

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.

Os aspectos essenciais dos projetos, segundo os autores são a globalização e a significatividade, o que ajudam os alunos a serem conscientes do próprio processo de aprendizagem. Como já vimos, o modelo de aprendizagem é significativo e multidisciplinar. A escolha do tema do projeto se dá por argumentação, onde o ensino fragmentado por disciplinas desaparece e todo conhecimento da ciência se integram, sem rótulos, e o ensino se dá por temas e a avaliação é centrada nas relações e nos procedimentos.

Todo o processo de execução do ensino por projetos é coletivo e se baseia nos interesses da comunidade escolar, trabalha com a realidade. Assim se estabelece uma relação de diálogo com o conhecimento e com os sujeitos do conhecimento. O objeto de estudo deve ser significativo e estar no centro de interesse do aluno, faz com que o processo de aprendizagem torna-se lúdico e prazeroso. Articular todas as informações oriundas da pesquisa para a compreensão do fenômeno estudado é uma tarefa complexa que só funciona no coletivo.

Por fim, vamos falar de complexo ou Organização do programa de ensino segundo os complexos, fundamentado em Pistrak, que se preocupava em como a escola



poderia ajudar a consolidar a revolução socialista. Não muito distante de temas geradores e da ideia de trabalho com projetos do ponto de vista da metodologia de organização, o complexo temático pode segundo Pistrak, (2005, p. 133):[...] “ajudar o aluno a compreender a realidade atual do ponto de vista marxista, isto é, dinâmico e não estático”. Nesta forma de estudo, o método é dialético e daí vem à necessidade dos complexos temáticos, pois para atingir essa compreensão, de um conhecimento concreto em movimento, é preciso um olhar marxista sobre a realidade. Pistrak (2005) enfatiza que através dos complexos:

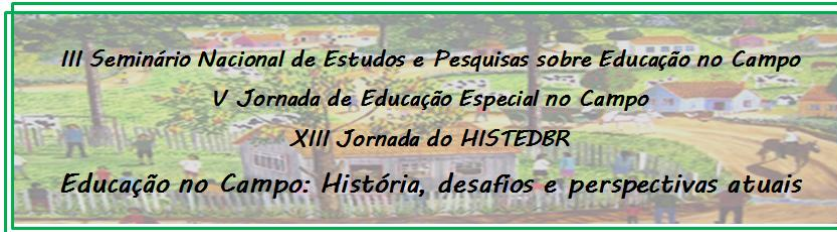
Estuda-se a realidade atual pelo conhecimento dos fenômenos e dos objetos em suas relações recíprocas, estudando-se cada objeto e cada fenômeno de pontos de vistas diferentes. O estudo deve mostrar as *relações recíprocas* existentes entre os aspectos diferentes das coisas, esclarecendo-se a transformação de certos fenômenos em outros, ou seja, o estudo da realidade atual deve utilizar o método *dialético*. Apenas um conhecimento da realidade atual deste tipo é um conhecimento *marxista*.

Daí deriva a necessidade de organizar as disciplinas do programa em complexos na medida em que este é o único sistema que garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético. A partir desta compreensão o sistema do complexo deixa de ser para nós simplesmente uma boa técnica de ensino, para ser um sistema de organização do programa justificado pelos objetivos da escola (PISTRAK, 2005, p. 134).

Os objetivos da escola tem que estar alinhados com organização do currículo, pois o complexo é uma organização que está preocupada com o entendimento da realidade e a conscientização do ser humano dentro de um método dialético, que faz com que a escola não tenha um fim em si mesma, mas se articule com os elementos sociais.

Para uma contribuir com a discussão de complexo e melhorar a compreensão do assunto trago a contribuição de Freitas (2011) que afirma que:

A noção de complexo de estudo é uma tentativa de superar o conteúdo verbalista da escola clássica, a partir do olhar do materialismo histórico – dialético, rompendo com a visão dicotômica entre teoria e prática (o que se obtém a partir da centralidade do trabalho socialmente útil no complexo). Ele não é um método de ensino, em si, embora demande, em associação a ele, o ensino a partir do trabalho: o método geral do ensino para o trabalho (FREITAS, 2011, p. 165).



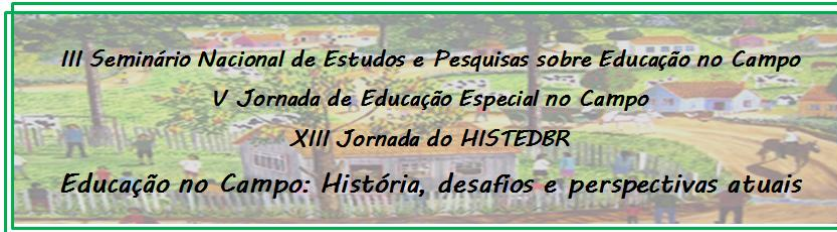
O autor deixa claro que o complexo é articulação entre teoria e prática, questão muito almejada nas escolas do campo. Esta articulação deve ser compreendida socialmente através do trabalho, mas vale lembrar que se refere ao trabalho útil à vida, e não ao trabalho alienante. Também articula a realidade com a prática educativa e auto organiza o processo de ensino como um todo. Percebe que se fala de uma ação que compreende também a interdisciplinaridade, de maneira concreta que permeia o ato de ensinar, deixando para trás a tarefa ou exercício abstrato sem significado ao aprendiz. Portanto é um processo educativo comprometido com a transformação social e com a construção de uma sociedade socialista, conforme os ideais da Educação do Campo.

Resumindo as três teorias de organização do trabalho pedagógico se aproximam nas seguintes questões: trabalho coletivo, estudo da realidade, significação do conteúdo a ser ensinado e a valorização da cultura. Porém vemos mais semelhanças entre Temas Geradores e complexos, pois o cunho marxista está muito presente em ambos, e discutem o trabalho como um processo educativo. Ambas as teorias também tem muito da concepção de educação do campo, por isso, a identificação da escola do campo, com o complexo e temas geradores são imediatas, enquanto que projetos embora interessante esbarra na questão da concepção e da identidade e acaba sendo uma alternativa não muito usada nas escolas do campo.

Considerações finais

Conclui-se então que o Projeto Político Pedagógico da escola do campo é uma discussão coletiva, que deve contar com a participação de toda comunidade escolar e compreender a luta dos movimentos sociais em sua pedagogia. O currículo deve ser organizado de acordo com os objetivos da escola. Temas Geradores, Projetos de trabalho, e Complexos são opções teóricas de organização curricular que devem ser compreendidas e analisadas diante dos objetivos da instituição de ensino para que a opção por um deles não seja uma coisa fortuita, porém, coerente de acordo com a concepção social e organizativa expressa na discussão coletiva da comunidade escolar.

Nesta perspectiva, reafirma-se que diante do projeto de Educação do Campo, é fundamental que esteja expresso no Projeto Político Pedagógico da escola, a concepção de educação transformadora, que se consolida através de uma formação emancipadora



dos sujeitos do campo. Assim, a discussão coletiva de todos os envolvidos na escola ocasionará um PPP consistente e de acordo com as concepções políticas e pedagógicas da escola do campo.

Referências

AMARAL, Ana Paula do. LIMA, Roseli Ferreira. MACHADO, Ilma Ferreira. Projeto Político Pedagógico e Concepções de Educação do/no Campo em Escolas de Cáceres – MT. In: ZART, Laudemir Luiz. VAILANT, Clovis. (Org.) **Configuração do Campo e Experiências Educacionais**. Cáceres - MT: Unemat, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45ª ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In: CALDART, Roseli Salete. FETZNER, Andréa Rosana. FREITAS, Luiz Carlos de. RODRIGUES, Romir (Org.). **Caminhos para a transformação da Escola: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GARCIA, Rodney. **Consolidação das Políticas Educacionais do Campo**. Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches Ltda, 2008.

HERNÁNDEZ, Fernando, VENTURA, Montserrat. **A Organização do currículo por projeto de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5º edição - São Paulo: Artmed 2009.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MACKERNAN, James. **Currículo e imaginação: teoria do processo, pedagogia e pesquisa-ação**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 286 p.

SACRISTÁN. J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p.

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015